

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS SURDOS EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

Elaine Cristina Paixão da Silva (USP)

Cássia Geciauskas Sofiato (USP)

Palavras- chave: Atendimento Educacional Especializado, educação de surdos, educação inclusiva.

Resumo

Em 2009, a partir da Resolução CNE/CEB nº 4 de 2009, o município de São Bernardo do Campo (SBC) promoveu uma mudança na organização da Educação Especial, estabelecendo o encerramento gradativo das escolas especiais e propondo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Superdotação/ Altas habilidades. Essa nova proposta, interferiu no trabalho dos professores de Educação Especial, que passaram a atender os alunos surdos no AEE. Todas essas mudanças demandaram formação continuada aos docentes frente a esse novo desafio. Assim sendo, o presente trabalho objetiva delinear o funcionamento do AEE na perspectiva da Educação Inclusiva em SBC; compreender como ocorre a formação dos professores que atuam no AEE a alunos surdos e contribuir para a reflexão acerca da política de formação para estes professores. Este estudo apresenta uma abordagem qualitativa, envolvendo pesquisa bibliográfica e empírica. Consideramos, até o presente momento, que os professores do AEE em SBC estão passando por um momento de transição em seu trabalho, necessitando de acompanhamento sistemático e formação continuada, frente aos novos desafios impostos com a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*.

Introdução

A educação de surdos no Brasil e no mundo durante muitos anos foi alvo de reflexões, e lutas dada a sua especificidade e implicações. Temos na atualidade um grande número de alunos surdos incluídos no ensino regular. Nesse sentido, documento da *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva* (2008) objetiva a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação no ensino regular comum. Além disso, orienta os sistemas de ensino com o intuito de garantir:

Acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e

demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008).

Em 2009, a Resolução CNE/CEB n^o 4 institui a inclusão de todos os alunos na escola regular comum substituindo as escolas especiais pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Para a inclusão de alunos surdos na escola comum é necessário uma transformação no ambiente escolar, de forma a garantir participação e a aprendizagem efetiva dos alunos surdos, tanto na sala de aula comum quanto no AEE realizado no contraturno. O trabalho com alunos surdos deve ser desenvolvido em ambiente bilíngue, com o uso da língua de sinais e da língua portuguesa como segunda língua na modalidade escrita, com o acompanhamento por tradutor/intérprete de libras e língua portuguesa e com o ensino da libras para todos da escola. O atendimento educacional especializado é ofertado, tanto na modalidade oral e escrita, quanto na língua de sinais. (BRASIL, 2008). O Ministério da Educação sugere a divisão do AEE em três momentos: AEE em libras; em que os conteúdos escolares são trabalhados em libras; o AEE para o ensino de libras; em que estão previstas aulas de libras e o AEE para o ensino de língua portuguesa, na modalidade escrita. (BRASIL, 2007). Atualmente os alunos surdos contam com a escola comum inclusiva (e no contraturno o AEE) e em alguns municípios, escolas bilíngues para surdos, onde a língua de sinais é utilizada como língua de instrução, em acordo com o Decreto-Lei n^o 5626 de 2005.

A escola regular comum, a partir da Resolução CNE/CEB n^o 4 de 2009, juntamente com seu corpo docente, busca transformar suas práticas e resignificar seu papel. Nesta perspectiva, a formação continuada de todos os professores e em específico do professor do atendimento educacional especializado para o trabalho com alunos surdos, mostra-se primordial, a fim de atender o aluno com qualidade, favorecendo sua permanência na escola.

Documentos recentes apontam para a necessidade da formação de professores. *A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2008) ratifica a Resolução CNE/CP n^o 1/2002 que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação e a Lei n^o 10.436/02 que dispõe sobre a inclusão da disciplina de Libras na formação inicial de professores. Este documento também pontua a necessidade de formação dos professores do AEE e demais

profissionais da educação para uma educação inclusiva. Outro documento que merece destaque é o *Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue- Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa* (2014) que discorre sobre a formação inicial e continuada de professores, tradutores e intérpretes de libras entendendo que a formação de professor de Libras, língua portuguesa como segunda língua e de tradutores intérpretes deva ser garantida em nível superior e formação continuada para os já atuantes.

Dessa forma, as questões que se colocam neste estudo são: como os professores da Educação Especial estão atuando no AEE/ Pessoa com surdez? Como tem sido realizado o acompanhamento e a formação continuada do professor do AEE/ Pessoa com surdez?

Os desafios presentes educação de alunos surdos e também na formação de professores para o trabalho com essa realidade,, também se encontram no município de São Bernardo do Campo, local onde a pesquisa está sendo desenvolvida. Neste município, a partir da *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva* (2008), além da manutenção da escola para surdos, houve um investimento na educação de alunos surdos na escola comum.

Partindo dessa perspectiva, este estudo objetiva contextualizar o momento histórico da educação de alunos surdos no município de São Bernardo do Campo, e em específico a atuação do professor especialista neste processo; delinear o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na perspectiva da Educação Inclusiva; compreender como ocorre a formação dos professores que atuam no AEE a alunos surdos e contribuir para a reflexão acerca da política de formação para estes professores.

Este estudo apresenta uma abordagem qualitativa envolvendo pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa empírica a ser realizada com os profissionais que atuam no AEE- Pessoa com surdez no município de São Bernardo do Campo.

A educação de surdos no Brasil

No Brasil documentos apontam uma preocupação com a educação de surdos a partir do período imperial. Em 1855 o professor surdo H Ernest Huet veio para o Brasil para iniciar um trabalho educacional com surdos por meio da leitura labial, fala e datilologia, para que os mesmos pudessem ler e escrever com base na língua majoritária da sociedade ouvinte. Em 1857, Dom Pedro II fundou o Imperial Instituto de Surdos-Mudos (ISM), hoje denominado de Instituto Nacional de Educação de Surdos no Rio de Janeiro (INES) (REILY, 2006).

Em 1880, o INES sofreu influência das decisões do Congresso de Milão, e como em outros países do mundo, também no Brasil, o oralismo foi adotado como forma oficial de trabalho com os alunos surdos” (CAMPOS, 2013). Em 1950, outra diretora do INES, Ana Rímoli, adotou para o Instituto o método oral para o trabalho com surdos, dando ênfase “no conhecimento prático da física do som, na discriminação dos sons fortes e fracos, no conhecimento do aparelho fonoarticulatório para exercícios” (JANNUZZI, 2012, p. 84). Em 1956, com novo regimento, o INES ratifica a necessidade na habilitação de professores na didática especial para o trabalho com surdos na promoção de sua alfabetização em todo o país (JANNUZZI, 2012).

A educação oralista com alunos surdos no Brasil ganha *destaque até 1960*, quando o estudioso, William Stokoe, entre outros, voltam a estudar a língua de sinais e revelam que a mesma apresentava os mesmos requisitos para a constituição de uma língua, como a oral (LACERDA, 2008). Apesar disso, a corrente filosófica oralista ainda mostra-se forte e utilizada na maior parte das escolas, mas já começa a ser questionada por estudiosos e educadores por não promover progresso no desenvolvimento linguístico, afetivo, educacional e social do surdo.

Santana (1994) refere que nos anos 70 a filosofia educacional oralista estrita cedeu espaço à comunicação total que propunha o uso de todo e qualquer meio de comunicação seja por palavras, símbolos ou sinais naturais e artificiais a fim de que a criança surda utilizasse a comunicação oral.

Neste momento, a comunicação total, passa a ser utilizada na educação do surdo, incorporando o uso da língua de sinais (CAMPOS, 2013). A comunicação total aceitava o uso da língua de sinais o que para a época já era um avanço em relação ao oralismo puro, que não aceitava a utilização de sinais pelos surdos. Paralelo a esta filosofia, em diferentes países, ainda continuavam os estudos sobre língua de sinais e educação de surdos.

A partir da década de 1990, o pesquisador Carlos Skliar trás para a educação de surdos a crítica sobre a determinação e a subordinação à educação de ouvintes. Além disso, estudos sobre a educação de surdos no Brasil mostravam dados alarmantes e buscavam identificar os problemas e apontar caminhos possíveis para a prática pedagógica, uma vez que a escolarização dos surdos demonstrava resultados pouco efetivos, quando se observava o número restrito de surdos que ingressam no ensino superior. (LACERDA E LODI, 2009)

A partir destes estudos, vislumbrou-se o uso da língua de sinais como mais adequada para a educação e o desenvolvimento cognitivo e social do surdo, fazendo com que a comunicação total fosse substituída pelo bilinguismo (CAPOVILLA, 1998).

O bilinguismo caracteriza-se por uma proposta educacional que objetiva desenvolver a competência em duas línguas, sendo estas a língua de sinais e a língua utilizada pela comunidade predominante de ouvintes (CAMPOS, p.39, 2013).

No bilinguismo também se defende que seja ensinada a língua majoritária utilizada pelos ouvintes a partir da língua de sinais. Assim, um projeto educacional bilíngue, pressupõe que os educadores tenham domínio da língua portuguesa e língua brasileira de sinais, favorecendo o acesso dos alunos surdos aos conhecimentos de mundo em ambas as línguas (LACERDA E LODI, 2009).

A educação de surdos em São Bernardo do Campo

A educação de surdos no município de São Bernardo do Campo acompanhou o percurso histórico do Brasil, no que se refere as abordagens educacionais e a tendência na escolarização. Em 1957, a Educação Especial iniciou no município com a inauguração da Escola Municipal de Surdos e posteriormente foi denominada Escola Municipal de Educação Especial (EMEBE) Neusa Bassetto. Desde o início do atendimento aos alunos surdos, a abordagem utilizada foi o oralismo que só foi substituído pela comunicação total, na década de 1990, seguindo o movimento brasileiro que cedia lugar para a abordagem bilíngue.

Isto ocorreu porque nas avaliações educacionais os professores e equipe de gestão, apoiados em suas análises práticas e em subsídios teóricos, não observavam avanços no desenvolvimento dos alunos. No final de 1998 passaram a ter uma nova visão sobre a surdez, entendendo-a como diferença e não deficiência, entendendo a pessoa surda como aquela que apreende o mundo pela experiência visual e portanto utiliza uma língua visuoespacial, como a Língua Brasileira de Sinais (libras). Dessa forma, a escola para surdos, passou a utilizar a abordagem bilíngue como proposta pedagógica ensinando a Libras como primeira língua e a língua portuguesa como segunda língua (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2004 e 2007).

De 1957 até 2009, a Secretaria de Educação indicava a Escola Municipal de Educação Especial Neusa Bassetto (EMEBE), para os alunos surdos, mas em algumas situações, pais de alunos optavam por manter matricular seu filho na escola regular comum. As escolas comuns possuíam uma equipe técnica (psicólogo, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, assistente social e principalmente o fonoaudiólogo) para orientação para o trabalho numa abordagem oralista.

Com os avanços nas pesquisas sobre a importância da aquisição da língua de sinais, as dificuldades encontradas na aprendizagem dos alunos surdos na escola

comum e as legislações e documentos que indicam a inclusão de todos os alunos na escola comum como: Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 e a Resolução CNE/CEB nº2 de 2002, a equipe técnica passou a indicar propostas que implicavam na mudança da política de educação para surdos incluídos na escola comum, buscando também envolver os familiares dos alunos em questão nesta discussão e problematizando com as escolas a necessidade de transformação.

No final da década de 1990, o município implementou um projeto piloto para a integração do surdo na escola comum, mas este se encerrou em 1999 em função do posicionamento da Secretaria de Educação por uma educação bilíngue em escola para surdos. Desde então, as discussões sobre este tema só retornaram para a Secretaria de Educação em 2006, com organização de comissões específicas para discussão desta temática e escrita de proposta sobre a inclusão do aluno surdo. Contudo somente em 2008, por influência da *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* e da Resolução CNE/CEB nº 4 de 2009 que a Secretaria da Educação passou a indicar duas opções para a escolha referente à educação de surdos: a EMEBE Neusa Bassetto ou escolas comuns. Em 2011, é iniciada a implantação de escolas pólos de alunos surdos, que são escolas comuns que atendem alunos ouvintes e surdos na mesma sala de aula com a presença de duas professoras, sendo uma delas, uma professora especialista em Educação Especial, atuando no Atendimento Educacional Especializado Pessoa com surdez.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) Pessoa com Surdez em São Bernardo do Campo

O município de São Bernardo do Campo implementou o AEE- *Pessoa com surdez* a partir do documento *Atendimento Educacional Especializado - Pessoa com surdez* (BRASIL, 2007). O AEE pessoa com surdez é organizado em três momentos, sendo estes: AEE em libras, de libras e em língua portuguesa, como já descrito anteriormente (BRASIL, 2010). Além disso, o trabalho com o aluno surdo na escola comum deve ser desenvolvido em escola bilíngue objetivando o ensino e aprendizagem da libras, da língua portuguesa e das demais atividades escolares (BRASIL, 2007).

Em São Bernardo do Campo, além dos três momentos previstos no AEE Pessoa com surdez realizados no contraturno, os professores especializados contribuem com o trabalho da sala de aula, junto com o professor regente. Em 2011, no documento *Diretrizes para ingresso no AEE e indicação de Profissional de Apoio*

(SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2011) há uma descrição sobre o papel do professor do AEE deficiência auditiva/ surdez, a saber:

Apoiar o professor da sala de aula comum quanto ao plano de trabalho para o aluno, articulado com o PPP da escola; desenvolver ação com a escola do aluno com surdez para que ela se torne um espaço onde a LIBRAS circule; atender em contraturno o aluno com surdez cujo foco do trabalho está no AEE em Libras, perpassando pelo ensino de LIBRAS e de Língua Portuguesa; atender alunos da EJA em contraturno ou pré-aula (antes do horário de início do período regular de aula) (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2011, n.p.).

Os professores do AEE- Pessoa com surdez, muitos fluentes nesta língua, puderam colaborar com a circulação da Libras em diferentes espaços da escola e em específico na sala de aula, apresentando uma atuação mais próxima ao professor regente por meio de um em parceria. Esta ação tem sido chamada de *mediação*, descrita no documento Atendimento Educacional Especializado-Orientações Complementares (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2003a). Tal documento prevê a orientação do professor do AEE para o planejamento de ações na perspectiva de mediador, interlocutor e intérprete, junto ao professor regente, quando o aluno surdo possuir a Libras como primeira língua. A atuação dos professores do AEE *Pessoa com surdez* é bastante abrangente, merecendo acompanhamento cuidadoso, demandando formação continuada para dar subsídios ao seu exercício profissional. Além do acompanhamento dos professores pela equipe gestora da escola, ainda é necessário uma política de formação continuada aos professores do AEE *Pessoa com surdez*, a fim de que possam refletir e modificar sua prática em relação às novas demandas de atuação, a partir do paradigma de suporte e o princípio da educação inclusiva. O paradigma de suporte é caracterizado pelo direito da pessoa com deficiência ao acesso de todos os recursos disponíveis a todas as pessoas cabendo a sociedade a disponibilização de suportes. A educação Inclusiva pode ser entendida como aquela cujas políticas educacionais objetivam o acesso e permanência de todos os alunos com qualidade no ensino e aprendizagem (ARANHA, 2001).

Formação de Professores para o AEE *Pessoa com surdez* em São Bernardo do Campo

Os professores do AEE Pessoa com surdez, no município de São Bernardo do Campo são professores graduados em pedagogia, com habilitação em áudio comunicação ou que possuem licenciatura com especialização em Educação Especial, com ênfase em deficiência auditiva. A maioria fez curso de Libras, mas o nível de fluência é variado.

Há um investimento na formação continuada desses profissionais, realizada por meio de assessoria externa contratada (docente universitário) e interna realizada pela equipe de orientação técnica (fonoaudiólogos educacionais e psicólogos educacionais). A formação também é prevista na escola de cada professor por meio da participação no horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC) planejada pela equipe gestora da unidade escolar (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2013).

Desde 2010, com a implantação do AEE Pessoa com surdez neste município, os professores especialistas recebem formação para que compreendam o funcionamento do AEE, reflitam sobre sua prática para atenderem com eficácia as demandas específicas de cada unidade escolar e dos alunos em questão. Nestas formações, os conteúdos abordados foram: funcionamento do AEE, desenvolvimento linguístico do aluno surdo, o papel do professor do AEE, avaliação dos alunos atendidos, planejamento e plano de acompanhamento dos alunos, caracterização do trabalho no contraturno e do trabalho em parceria com o professor regente e ensino de língua portuguesa como segunda língua.

Considerações finais

Em São Bernardo do Campo, como em alguns municípios no Brasil, observa-se a presença de duas polaridades na educação de alunos surdos, sendo estas: a inclusão de alunos surdos em escola comum numa perspectiva bilíngue ou em escola bilíngues para alunos surdos.

A atuação do professor do Atendimento Educacional Especializado Pessoa com surdez, neste município acontece na escola comum e em sua formação continuada deve-se considerar reflexão sobre a prática de trabalho numa escola comum numa perspectiva bilíngue. O que implica em analisar tanto as demandas de uma educação bilíngue quanto o seu papel nesta escola.

A partir dos estudos realizados até o presente momento, observa-se que para a efetivação das orientações demandadas pela *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, alguns aspectos merecem estudo e discussão, no que se refere à educação de alunos surdos e ao *AEE Pessoa com surdez* em São Bernardo do Campo. A formação de professores para o AEE Pessoa com surdez mostra-se como um dos aspectos primordiais para implementação deste atendimento com qualidade.

Há evidências de que os professores do AEE *Pessoa com surdez* estão numa fase de construção de uma nova forma de atuação, necessitando de formação

continuada e de acompanhamento sistemático do trabalho, afim de que possam refletir e transformar sua prática a partir paradigma de suporte e o princípio da educação inclusiva.

Nota-se também que em função dos professores do AEE *pessoa com surdez* recentemente fazem parte do grupo de professores da escola, que as equipes gestoras não atendem suas necessidades formativas em específico. Mostra-se também fundamental que a equipe gestora acompanhe o trabalho de *mediação* realizado entre o professor regente e o professor do AEE por se tratar de um trabalho novo em que os agentes estão se apropriando de uma nova forma de atuação.

Pesquisar sobre a formação dos professores e em especial dos professores do AEE *Pessoa com surdez* se torna necessário uma vez que esta profissão está passando por um momento histórico, que sugere novas formas e demandas de atuação, frente ao princípio da educação inclusiva.

Referências

ARANHA, M.S.F. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**, Revista do Ministério Público do Trabalho, 2001, ano XI, n.21, março, p.160-173.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB n 9. 394 de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, D.F. 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 dez.2005. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>.
Acesso em 3 fev. 2014

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 dez.2005. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 3 fev. 2014

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abr. 2002. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10436.pdf> >. Acesso em 3 fev. 2014

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Universidade Federal do Ceará. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar Abordagem Bilíngue na Escolarização de Pessoas com Surdez**, Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº. 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC: CNE: CEB, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF. 2008. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacaoespecial.pdf>> Acesso em: 01 set 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue- Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília, DF. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Atendimento Educacional Especializado- Pessoa com surdez**. Brasília, D.F. 2007. BRASIL. Resolução CNE/CP 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em 14 abr. 2014

CAMPOS, M.L.I.L. Educação Inclusiva para surdos e as Políticas vigentes. In: **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos**. Org. LACERDA, C.B.F. & SANTOS, L.F. São Carlos: EdUFSCAR, 2013

CAPOVILLA, F. C.; CAPOVILLA, A. G. S. **Oralismo, comunicação total e bilingüismo na educação do surdo**. Temas sobre Desenvolvimento, v.7, n.39, p. 15-22, jul/ ago.1998.

JANNUZI, G.M. A educação do deficiente no Brasil- dos primórdios ao início do século XXI. Autores associados: São Paulo, 2012

LACERDA, C. B. F. **A inclusão de alunos surdos no ensino infantil e fundamental: Buscando respeitar sua condição lingüística e suas necessidades educacionais**. 5º Congresso de Pesquisa WWW.unimep.br Acesso em: 13 nov. 2008

LODI, A.C.B. & LACERDA, C.B.F. Uma escola duas línguas- letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, p. 11, 2009

REILY, L. Escola Inclusiva- Linguagem e Mediação. Papyrus: São Paulo, 2006

SANTANA, C. Abalando o discurso “metodológico”...tocando questões teóricas. In: LIER- DE VITTO (ORG.), M. F. L.D. **Fonoaudiologia: no sentido da linguagem**, São Paulo: Cortez, 1994. p 113- 126.

SÃO BERNARDO DO CAMPO, Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Ações Educacionais. **Proposta Curricular**, vol. I- 2004

SÃO BERNARDO DO CAMPO, Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Ações Educacionais. Proposta Curricular, **Educação Especial**, vol. II- 2007

SÃO BERNARDO DO CAMPO, Secretaria de Educação, **Atendimento Especializado Surdez- Orientações complementares**, São Bernardo do Campo, 2012. Disponível em: <<http://www.educacao.saobernardo.sp.gov.br/images/Secoes/SE1/educacao-especial/atendimento-especializado-surdez-orientacoes-complementares.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2013a.

SÃO BERNARDO DO CAMPO, Secretaria de Educação, **Diretrizes para o ingresso no Atendimento Educacional Especializado**, 2011. Disponível em: <<http://www.educacao.saobernardo.sp.gov.br/images/Secoes/SE1/educacao-especial/diretrizes-para-ingresso-no-ae.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

SÃO BERNARDO DO CAMPO, Secretaria de Educação, **Educação Especial- formação continuada**, São Bernardo do Campo. Disponível em: <<http://www.educacao.saobernardo.sp.gov.br/index.php/institucional/educacao-especial?id=1760:formacao-continuada&catid=50>>. Acesso em: 31 ago. 2013b.